

XI CODS

COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

BELÉM-PA, 10 E 11 DE NOVEMBRO

Relacionamento com a comunidade: a responsabilidade social das empresas na perspectiva das comunidades vizinhas ao polo industrial de Barcarena-PA.

AUTORIA

Breno Anderson Pereira Melo

E-mail: breno.anderson@yahoo.com.br

Instituição de filiação: Universidade Federal do Pará (UFPA)/Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM)

Voyner Ravena Cañete

E-mail: ravenacanete@gmail.com

Instituição de filiação: Universidade Federal do Pará (UFPA)/Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM)

Dione De Araújo Fernandes

E-mail: dione.fernandes7825@gmail.com

Instituição de filiação: Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM)

Mayane Ferreira Ribeiro

E-mail: mayaneribeiroferreira@hotmail.com

Instituição de filiação: Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM)

Regiane Araújo da Silva

E-mail: regi_ane18@hotmail.com

Instituição de filiação: Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM)

RESUMO

O polo industrial de Barcarena é composto por empresas que possuem atividades de diferentes ramos da indústria. Os processos produtivos dessas empresas impõem impactos ambientais e sociais que geram situações prejudiciais para as comunidades vizinhas, tanto pelas grandes transformações na paisagem físico-humana da região, quanto pelos resíduos gerados no processo de cada empresa. Nesse sentido, os aspectos de preservação do meio ambiente e de responsabilidade social dessas empresas junto às comunidades que vivem na área de interesse devem ser levados em consideração. Este trabalho busca descrever as principais ações relacionadas aos aspectos sociais vividos pelas comunidades vizinhas ao polo industrial do município de Barcarena – Pará. Para tanto, faz uma breve descrição das ações de responsabilidade social de algumas empresas e o resultado junto à comunidade, apresentado o sentimento dos líderes comunitários em relação à implantação, funcionamento das empresas do complexo industrial e de que maneira a atuação dessas empresas no âmbito da responsabilidade social é percebida pela liderança das localidades visitadas. A pesquisa de campo fez uso de entrevistas semiestruturadas, de forma a conhecer o que os representantes pensam sobre a relação comunidade e empresa, assim como a maneira como lidam com as questões ambientais e sociais.

Palavras-chaves: Diálogo Social; Gestão Socioambiental; Justiça Social.

Eixo Temático 2: Cadeias de Valor Sustentáveis e Competitividade.

1. INTRODUÇÃO

O polo industrial de Barcarena é composto por empresas de diferentes ramos da indústria, além de conter o maior porto do estado compondo modais terrestres e marítimos. A instalação e os processos produtivos dessas empresas produzem impactos ambientais e sociais que geram situações prejudiciais para as comunidades que vivem no entorno: primeiro pelas grandes transformações na paisagem físico-humana da região; depois pelos resíduos gerados pela produção industrial, pelo beneficiamento ou os transportes de carga. São os mais variados impactos socioambientais que desde o início da implantação do parque industrial, vem ocasionando mudanças estruturais e ambientais na região.

O distrito industrial de Barcarena segundo a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC (2019) é composta por 94 (noventa e quatro) empresas, em uma área de 8 mil hectares, onde as principais atividades exercidas pelas empresas são: a industrialização, beneficiamento e exportação de caulim, alumínio, alumina, fertilizantes, cabos para a transmissão de energia, exportação de grãos e exportação de gado vivo, além de um número não definido de empresas satélites. Nesse sentido, são de extrema relevância e necessidade os aspectos de responsabilidade socioambiental dessas empresas junto às comunidades que vivem na área de seu entorno.

A atuação das empresas no âmbito da responsabilidade social tem sido uma questão de debate e de preocupação por parte das comunidades que vivem ao entorno do complexo industrial, pois se observa a necessidade de ações concretas e o interesse por parte das instituições na relação empresa/comunidade. Tal atuação poderia ser vista com maior ênfase, pois as empresas possuem o poder e os meios financeiros para potencializar suas ações de cunho social, de modo que as comunidades venham a ser beneficiadas com projetos orientados para a melhoria na qualidade de vida dos comunitários, demonstrando um real interesse das companhias em ações que causem maior impacto social e maior ressonância para as comunidades circunvizinhas.

Reis (2007) esclarece que a responsabilidade social das empresas (RSE), de forma sistêmica e holística, significa atuar com atitude e compromisso com a vida em sociedade e com a dignidade humana. Ser responsável e comprometido em enfrentar os problemas sociais, tomando atitudes e ações concretas para efetivamente melhorar

as condições de vida da população, contribuindo com a sustentabilidade da sociedade, também figura como componentes importantes da RSE.

Nesse sentido, atuação da responsabilidade social pelas empresas deve ser aceita pela sociedade envolvida e gerar resultados que ultrapassem a filantropia ou o imediatismo, ações sociais que possam contribuir para uma sociedade mais igualitária, justa e que possibilite inclusão social (ASHLEY, 2018).

A escolha do tema para esta pesquisa foi motivada pela observação do grande processo de desenvolvimento industrial no qual a região passa e o contraste com a situação em que se encontram as comunidades, pois apesar do crescimento de projetos de infraestrutura industrial, observa-se que as comunidades pouco têm se desenvolvido, principalmente estas que vivem no entorno do polo industrial e por este fato poderiam ser o foco de atenção das empresas no relacionamento e atuação na área. Nessa perspectiva, surgiu a indagação sobre de que maneira a atuação das empresas que compõem o polo industrial de Barcarena no âmbito da responsabilidade social é percebida pelas comunidades vizinhas e em que medida essas ações são benéficas para as mesmas?

O objetivo principal desta pesquisa é compreender a relação empresa/comunidade como demonstração da efetiva responsabilidade social e a sua contribuição para o desenvolvimento das comunidades próximas ao distrito industrial de Barcarena.

Para que fosse possível alcançar o objetivo principal foi necessário identificar as ações de responsabilidade social em três comunidades limítrofes ao polo industrial de Barcarena, descrever a efetiva atuação das empresas na forma de projetos para o desenvolvimento dessas comunidades e analisar a percepção dos comunitários em relação às ações desenvolvidas pelas empresas.

Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo com visitas às comunidades Vila do Conde, Bairro Industrial e Canaã, que são circunjacentes às plantas industriais e para coleta de dados foi aplicado entrevistas semiestruturadas com os líderes comunitários na busca de compreender a atuação das empresas no âmbito da responsabilidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade social, um conceito para além da filantropia.

A responsabilidade social empresarial (RSE) tem se tornado um tema muito explorado e discutido, devido à importância que exerce como estratégia de negócio das organizações. O contexto atual das organizações, os elementos sociais e ambientais estão cada vez mais integrados nas tomadas de decisões e na gestão das empresas,

não como uma ação reativa em decorrência da pressão exercida pelos *stakeholders* ou por obrigações legais, ações sociais que de fato ultrapassam a filantropia ou politicagem. As empresas estão cada vez mais envolvidas no seu papel social, no respeito aos direitos humanos, na melhoria da qualidade de vida da comunidade e no cuidado com o meio ambiente (DIAS, 2017).

Ashley (2018) define a responsabilidade social empresarial (RSE) como sendo a obrigação que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, de suas famílias e com a comunidade.

Tachizawa (2017) reforça ensinando que:

A responsabilidade social pode ser resumida no conceito de “efetividade” como o alcance de objetivos do desenvolvimento econômico social. Portanto, uma organização é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável. A efetividade está relacionada à satisfação da sociedade, ao atendimento de seus requisitos sociais, econômicos e culturais. (TACHIZAWA, 2017, p. 73).

Através de uma concepção integradora, as empresas são definidas como corresponsáveis na solução dos problemas sociais e ambientais, devido à capacidade financeira, poder político e a habilidade de mobilizar recursos para desenvolver ações que podem melhorar a vida das populações e que podem ser replicadas por outros atores sociais (YOUNG, 2004).

Oliveira (2013) esclarece que a responsabilidade social das empresas envolve determinadas atitudes, ações e relações com um grande número interessados, como consumidores, fornecedores, sindicatos e governo.

O instituto Ethos (2005) definiu o que é uma empresa socialmente responsável e que é largamente aceita no mundo corporativo, segundo o instituto “a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários” (ETHOS, 2005).

Para Oliveira (2013) muitas empresas focam sua atuação de responsabilidade social em ações sociais pontuais e vinculadas a ideia de filantropia. Esta visão muito se distancia da razão principal da RSE de incorporar padrões sociais e ambientais na condução dos negócios (RIBEIRO, 2005).

As discussões sobre a responsabilidade social das empresas que há décadas foram tratadas de forma sucinta, hoje se tornou mais presente, um modelo de gestão, que permite que as empresas formulem e implementem políticas de projetos sociais de

forma ética e transparente, para que as partes interessadas sejam de fato beneficiadas e que as ações sociais sejam aceitas pelas comunidades e que tragam benefícios reais para a população.

Ribeiro (2005) esclarece que as ações de responsabilidade social devem ser implantadas levando em conta o contexto sociocultural da região, fatores físicos, socioeconômicos e assim estabelecer um grau de eficiência e significância das ações para a comunidade atendida.

Neste contexto, torna-se importante as concepções de Leff (2010) em compreender a importância da interdisciplinaridade, da complexidade ambiental e do diálogo de saberes entre os atores sociais para buscar soluções palpáveis para os problemas socioambientais.

Dessa forma, existem aspectos relevantes para a incorporação da responsabilidade social nas corporações que necessita da compreensão da relação sociedade-natureza, através de uma abordagem e uma visão holística e sistêmica do mundo, para que RSE promova o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado, proporcionando justiça social através de um sistema de gestão ambiental capaz reduzir e gerenciar os conflitos socioambientais (BERTÉ, 2013).

2.2 Concepções e dimensões da Gestão Socioambiental.

No contexto organizacional a gestão socioambiental é um grande desafio para as instituições, principalmente pela necessidade de romper paradigmas estereotipados na gestão empresarial e desafiando-as na busca de soluções para a redução dos impactos ambientais, sem que isto provoque redução de produtividade e competitividade, além de incorporar aos aspectos gerenciais e na tomada de decisão os fatores sociais, ambientais e econômicos, visando o desenvolvimento sustentável.

Quando uma organização insere a variável socioambiental em seu processo de gestão, ela se interliga às demais variáveis como a econômica, tecnológica, cultural, organizacional, entre outras, ou seja, agrega ao gerenciamento os fatores socioambientais, seus impactos e reflexos nas demais variáveis (BERTÉ, 2013).

Essa integração ocorre quando as organizações mobilizam recursos e os setores da empresa para desenvolver políticas socioambientais. Esse novo modelo de gestão inclui ações e a preocupação no meio físico, biológico e social, buscando alcançar uma produção e consumo consciente (BARBIERI, 2011).

Berté (2013) explica que a gestão socioambiental é a responsabilidade que as empresas passam a exercer no seu processo de gestão, de não desassociar as premissas da coletividade, respondendo pela condição de sobrevivência das futuras

gerações e não apenas pela preservação de ambientes ou espécies específicas. A organização, além de procedimentos técnico-administrativos, compreende a importância de assimilar e compreender a vida em sua pluralidade, dos sistemas, dos ciclos, das intercessões, do movimento conjunto de práticas e saberes. Nascimento *et al.* (2008, p. 18) esclarecem que:

A gestão socioambiental [...] de uma organização consiste na inserção da variável socioambiental ao longo de todo o processo gerencial de planejar, organizar, dirigir e controlar, utilizando-se das funções que compõem esse mercado gerencial, bem como das interações que ocorrem no ecossistema do mercado, visando a atingir seus objetivos e metas da forma mais sustentável possível.

A evolução da gestão socioambiental passa pela necessidade de aprendizado das questões socioambientais das empresas, onde inicialmente os aspectos ambientais foram voltados para atender as pressões legais e sociais, posteriormente ocorreram mudanças intraorganizacionais que incorporaram a temática socioambiental nos valores das empresas, envolvendo os departamentos e transformando em estratégia de gestão e planejamento (BARBIERI, 2011).

Nascimento, Lemos e Mello (2008) explicam que a temática socioambiental nas empresas somente é válida quando se relaciona com valores essenciais da vida em sociedade, respeitando e garantido direitos humanos dos empregados e dos grupos de interesse, além de resguardar o equilíbrio ambiental.

Porém, ao analisar através de uma abordagem crítica a gestão socioambiental o desenvolvimento sustentável não se restringe à garantia da preservação ambiental, mas refere-se à distribuição mais equânime do acesso aos recursos e de participação social. É importante compreender que o desenvolvimento sustentável sofre influências sociais e políticas, e isso ocorre devido a diversos atores sociais envolvidos e seus interesses, e somente é possível realizar gestão socioambiental ou desenvolvimento sustentável se houver uma análise, diálogo e compreensão do cenário social, econômico e político (SOARES, 2016).

Nesse contexto, se torna necessário compreender que a sustentabilidade gera perdas e contradições entre a atuação empresarial e as necessidades da sociedade (SOARES, 2016), isso ocorre devido à aos diversos interesses que geram o conflito (BANERJEE; BANSAL; HOFFMAN, 2011).

Quintas (2006) esclarece que a gestão socioambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos, explícitos ou implícitos entre os atores sociais que atuam em uma determinada área, onde a gestão socioambiental deve garantir a equidade e o

direito a um ambiente equilibrado.

É inegável o paradoxo de interesses dos atores sociais e o grande papel da gestão socioambiental é mediar esse conflito político e atuar com práticas e ações que gerem justiça social. Segundo Soares (2016) é necessário desconstruir argumentos de natureza técnica, que consideram a gestão socioambiental segundo um fluxo linear, cumulativo e sem contradições, os conflitos são iminentes e precisam de negociações e mudanças estruturais na condução das questões socioambientais.

O conflito é pautado por influências diferenciadas, por poderes que não são equivalentes, onde as organizações possuem maior poder de atuação e persuasão, onde *stakeholders* das minorias sociais são ignorados e suprimidos, onde o discurso de gestão ambiental estratégica e de sustentabilidade só se torna válida para algumas empresas quando beneficia suas predileções (BANERJEE; BANSAL; HOFFMAN, 2011). Nesse sentido, esta lógica segregadora resulta em desigualdade social e degradação ambiental, onde os benefícios estão concentrados em poucas mãos privilegiadas e os “custos ambientais” provocados pelas atividades predatórias são atribuídos para os mais fracos, devido a menor resistência social, aumentando as desigualdades ambientais. Nesta a proteção do meio ambiente depende do combate à desigualdade socioambiental, não se pode enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social (ACSELRAD, 2002).

Como observado, a gestão socioambiental é muito mais que alocação de recursos, pois permeia nuances da complexidade ambiental descrita por Leff (2010), compreende a capacidade das empresas em argumentar, discutir e criar uma relação com as comunidades de forma integrada e afirmativa, possibilitando a satisfação entre as partes, através de ações e estratégias socioambientais focadas no desenvolvimento da sociedade e contribuindo para a justiça socioambiental.

2.3 A relação das empresas com as comunidades vizinhas.

As organizações atualmente são compreendidas como um sistema aberto, de ciclos contínuos, um sistema multidirecional em uma cadeia produtiva em rede e de consumo globalizado, onde as empresas e suas influências são maiores que seus muros, capazes de impactar em toda uma sociedade, gerando conflitos de diversas ordens.

Com o advento das atividades industriais surgem os danos socioambientais, que são inerentes às atividades produtivas das empresas, danos e impactos que refletem nas comunidades vizinhas próximas e afetam a vida da comunidade (DIAS, 2017).

Por certo, afirmar que os grandes projetos industriais que são defendidos pelos

capitalistas e pelos Governos como exemplos de desenvolvimento, na verdade são causadores de injustiças sociais, uma vez que imputam riscos e ameaças às populações mais vulneráveis da sociedade e que as vítimas das injustiças ambientais são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante (ZHOURI, 2008).

De maneira quase generalizada, os grandes projetos criam um verdadeiro *apartheid* social, por não conseguirem gerar bem-estar para as populações circunvizinhas que vivem em estado de miserabilidade, devido à incapacidade das empresas de gerar empregos e pela característica predatória de degradação socioambiental, fatos que reduzem a qualidade de vida da população, gerando pobreza e miséria para a maioria (ARAÚJO; DE SALES BELO, 2009). Neste cenário, é necessária uma gestão ética e transparente por parte das instituições,

capaz de propiciar diálogos significativos e que seja mais benéfica para as empresas e as sociedades, uma relação de reciprocidade e troca sustentável e que garanta a atenção das populações em situação de vulnerabilidade socioambiental (RIBEIRO, 2005).

As empresas necessitam compreender o seu papel perante a sociedade onde atuam e só é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável, pois as empresas existem a partir das necessidades demandadas da sociedade e necessitam desse bom relacionamento (TACHIZAWA, 2017). É inegável que o comportamento ético dos empresários e executivos em desenvolver suas organizações, aliado às melhorias de vida de seus colaboradores, de suas famílias, da comunidade e da sociedade como um todo, representam um avanço substancial na busca pela sustentabilidade.

Segundo Philippi e Pelicioni (2005) o novo entendimento sobre a gestão ambiental é bastante desafiador, inicia-se pela compreensão macro ambiente das relações envolvidas entre empresas e comunidades, necessita de uma visão interdisciplinar, objetivando a articulação e o diálogo entre diferentes atores sociais, buscando garantir um equilíbrio para o uso dos recursos naturais, econômicos e socioculturais.

Nesse contexto, percebemos que as relações das empresas com as comunidades devem ser fundamentadas através do diálogo, permitindo a construção da interação, participação e envolvimento entre as partes, possibilitando estabelecer e convencionar interesses, expectativas e aceções (FERREIRA, 2011).

3. METODOLOGIA

Para tornar possível a realização deste trabalho, foi utilizado a pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo exploratório, quanto ao procedimento foi utilizado a pesquisa de campo com uso de entrevistas semiestruturadas aplicada com os

representantes de três comunidades limítrofes ao polo industrial de Barcarena que expressaram o que pensam e sentem em relação as empresas do polo.

A escolha destas comunidades se deu de forma aleatória e pela facilidade de contato com representantes, as pessoas escolhidas para a entrevista foram os líderes comunitários. O líder comunitário da comunidade Canaã é morador tradicional da referida comunidade por 60 anos, o líder comunitário de Vila do Conde é morador da Vila há 44 anos e o líder da comunidade do Bairro Industrial mora a 34 anos no local.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Comunidade Canaã

O primeiro entrevistado foi o morador da comunidade Canaã, que reside no local desde seu nascimento, descendente de indígenas, relatou a realidade da comunidade com muita segurança, pois acompanha desde o início as questões da comunidade com as empresas vizinhas que neste caso são a TOCANTINS FERTILIZANTES, TGPM (Terminal de Granéis Ponta da Montanha) e a IMERYS RCC (Rio Capim Caulim).

O entrevistado relatou que:

“No início quase nenhum benefício foi percebido pela a comunidade vinda das empresas, tiveram mais malefícios tanto para o meio ambiente, quanto para os moradores, pois, a população teve que deixar sua cultura seus costumes com a instalação das indústrias as famílias foram obrigadas a se adequar à nova realidade, que viviam da caça e pesca, com isso sofreram prejuízos financeiros e econômicos” (LÍDER COMUNITÁRIO, COMUNIDADE CANAÃ, 2020).

A busca do “progresso” despreza o meio ambiente, as populações tradicionais, a distribuição da renda, o uso habitual dos recursos naturais e segundo Acsehrad, Herculano e Pádua (2004, p.11):

Os vazamentos e acidentes na indústria petrolífera e química, a morte de rios, lagos e baías, as doenças e mortes causadas pelo uso de agrotóxicos e outros poluentes, a expulsão de comunidades tradicionais pela destruição de seus locais de vida e trabalho, tudo isso, e muito mais, configura uma situação constante de injustiça socioambiental no Brasil.

Berté (2013) assevera que as empresas de todos os portes devem preocupar-se em reduzir ou em não provocar externalidades negativas para a comunidade onde

estão inseridas, como a poluição da água ou do ar. Porém, infelizmente, as minorias sociais são colocadas neste processo de desenvolvimento como alvo da opressão, espoliação e sofrem com as consequências causadas pelos danos socioambientais, um sistema que explora os recursos naturais e remete as externalidades da produção para as populações mais carentes e vulneráveis.

Porém, o líder comunitário afirma que atualmente consegue enxergar as ações sociais implantadas por algumas empresas do polo, ele comenta que:

“A comunidade Canãa nos últimos 07 anos, possui bom relacionamento com algumas empresas que a cercam, pois tem sido beneficiada com o interesse das empresas em ajudar no desenvolvimento social e econômico, oferecendo cursos, oficinas e treinamentos” (LÍDER COMUNITÁRIO, COMUNIDADE CANAÃ, 2020).

Na prática, percebemos na fala do entrevistado que houve uma mudança de postura por parte das empresas, como afirma Reis (2007) as empresas estão cada vez mais conscientes do seu papel social e de corresponsáveis pelo desenvolvimento social e humano.

Segundo a narrativa do pesquisado esta comunidade está conseguindo manter uma boa relação com a empresa TGPM e que através de várias reuniões foi decidido que inicialmente a empresa iria atuar na comunidade oferecendo cursos de capacitação, hortas caseiras, manicure, pôr em prática o projeto lixo chic (projeto de autoria da empresa) que treina as artesãs para o reaproveitamento de materiais provenientes do processo da empresa, neste projeto são confeccionadas bolsas, tapetes, arranjos, pufes e sofás, que servem para uso da comunidade e igualmente para venda, beneficiando as famílias, promovendo o crescimento e sustento dessas famílias envolvidas no projeto.

Com o amadurecimento dos projetos iniciais, a empresa juntamente com a comunidade decidiu criar a escola Ponta da Montanha que é mantido pela própria empresa, na escola além do ensino secular, são ofertados cursos e oficinas para os moradores da comunidade.

A empresa Tocantins Fertilizantes é outra empresa que atua em parceria com a comunidade e construiu uma praça, feita e mantida pelos colaboradores desta empresa e os brinquedos feitos de material reciclável que foram criados e desenvolvidos a partir de oficinas de aprendizagem.

Um projeto relevante desenvolvido pela Tocantins Fertilizantes é a capacitação profissionalizante de jovens pertencentes à comunidade, os quais também recebem curso de inglês, são matriculados 20 jovens a cada período de 3 meses. A mesma

empresa implantou um projeto de capacitação técnica dos jovens da comunidade para posterior absorção no seu quadro funcional, conforme afirma o líder comunitário esta empresa já contratou vários jovens que passaram pelos projetos.

3.2 Comunidade da Vila do Conde

A comunidade de Vila do Conde segundo o entrevistado possui cerca de 19.000 habitantes, a Vila do Conde é a comunidade mais antiga da cidade de Barcarena, o líder comunitário afirma que poucas pessoas trabalham nas empresas do polo industrial, afirma ainda que a Vila do Conde apenas sofre com as consequências do inchaço populacional, com as mazelas sociais como a prostituição, álcool e drogas e nenhum desenvolvimento, a Vila não possui infraestrutura e segundo ele, é a comunidade que mais sofre com os desastres ambientais.

Esta faceta exploratória surge devido aos danos sociais inerentes à atividade produtiva das empresas, danos e impactos que refletem nas comunidades vizinhas próximas às mesmas e que afetam a vida da comunidade (DIAS, 2017). Nesse contexto, esse crescimento das desigualdades sociais, da pobreza e da segregação sócio espacial da comunidade é advindo do trinômio capitalismo-industrialização-urbanização e que se correlaciona com a consequente degradação e injustiça socioambiental em suas mais diversas facetas (ALMEIDA, 2012).

Outra questão é sobre as empresas não absorverem a mão de obra local, que é justificada pelas empresas pela não capacitação dos moradores, uma outra justificativa das empresas sobre não contratar mais pessoas da Vila do Conde é que segundo o líder a resposta de uma das empresas é que Vila do Conde fica fora de rota do transporte oferecido pela empresa, o que não é comprovado segundo o líder comunitário, pois as empresas possuem rotas de ônibus de todos os lugares próximos. O pesquisado com tom de indignação relata que:

“As empresas somente sujam e se aproveitam dos bens naturais e não contribuem com o desenvolvimento da comunidade, apenas trazem projetos pequenos como: cursos de crochê, artesanato e outro deste tipo, não conversa conosco, não perguntam o que precisamos. As empresas apenas “enganam” as pessoas com água, cesta básica em determinados períodos, ou contratam terceiros para prestar ações sociais como forma de se fazer presente na comunidade, mas não atende nossas necessidades” (LÍDER COMUNITÁRIO, COMUNIDADE VILA DO CONDE, 2020).

Soares (2016) esclarece que a responsabilidade social corporativa só é validade e

efetiva quando são capazes de identificar e tratar possíveis conflitos de interesses entre a comunidade e a empresa, somente através do diálogo é possível visualizar, compreender e solucionar dicotomias e conflitos entre os atores sociais, para que se possa pensar em transformação social. Dias (2015) elucida que somente com um diálogo claro e compreensível entre as empresas e a população, se torna possível que a população conheça a missão da empresa, e esta possa conhecer as reais necessidades da comunidade.

Na comunidade da Vila do Conde foi verificado que existem duas casas Imerys que são centros e capacitações mantidas e organizadas pela empresa Imerys que promovem cursos profissionalizantes como: mecânico montador, ajudante de obras, operador de máquinas, logística e agente de portaria que podem contribuir com a melhoria de vida de pessoas que participam desses cursos, além disso, nas casas Imerys são ofertados cursos de corte e costura, manicure, pintura e outros.

Para o entrevistado, as ações sociais desenvolvidas pela empresa são ínfimos em relação a todo o prejuízo social, ambiental e econômico que a comunidade sofreu com a instalação da empresa na comunidade, outra questão apontada é que apesar dos cursos serem gratuitos, os mesmos são ofertados para poucos alunos e de maneira sazonal, não atendendo a real necessidade dos habitantes da Vila.

Dias (2015) esclarece que as ações sociais implantadas pelas empresas, devem ser coniventes com as necessidades das comunidades e abrangentes para que possam ser uteis para a mudança social, ou seja, não são as empresas que devem definir as prioridades das ações e sim as comunidades. Reis (2007) assevera que as empresas devem acompanhar os projetos para aperfeiçoar as ações, com o objetivo de gerarem retorno em prol da comunidade, pois somente com o diálogo social entre empresas e comunidades é possível fazer responsabilidade socioambiental.

3.3 Comunidade do Bairro industrial

A comunidade Bairro Industrial foi formada logo após a implantação do polo industrial, é a comunidade que fica mais próxima das grandes plantas industriais e segundo o entrevistado é que mais sofre com o abandono do poder público e das empresas.

O líder comunitário em tom de desabafo comentou que:

“Nenhuma empresa possui qualquer projeto na comunidade, os moradores buscam acompanhar o que a casa Imerys oferece, como as oficinas e cursos de crochê e corte costura, mas que não atende nossa maior preocupação que são nossos jovens e nem traz benefícios para o desenvolvimento da comunidade” (LÍDER COMUNITÁRIO, BAIRRO INDUSTRIAL, 2020).

O líder relatou que as empresas se negam a ajudar a comunidade, alegando que como a comunidade se estabeleceu em uma área da união, não podem implantar ações de melhoria de infraestrutura e de saneamento básico, problemas que afetam a dignidade dos moradores e ocasionam problemas de saúde. Nesse sentido, a comunidade Bairro industrial não recebe apoio por parte das empresas, que jogam a responsabilidade para o Estado e o mesmo é omissivo e negligente com os moradores, assim nem as empresas e nem o governo atuam para resolver esta questão.

Reis (2007) aponta que para a Responsabilidade social corporativa possa de fato acontecer na organização, necessita do fortalecimento de parcerias entre as organizações, sociedade civil e poder público na busca de soluções concretas para as mazelas sociais. Desta forma, percebe-se que existe um total distanciamento da empresa com a comunidade, provocando uma ruptura nas tentativas de encontrar soluções para o problema, onde a omissão das empresas e o descaso do poder público ocasionam a precarização da vida dos moradores.

Um assunto recorrente na fala dos líderes comunitários são os problemas de saúde das comunidades, os líderes afirmam que várias doenças são provenientes dos processos produtivos das empresas, doenças como: doenças de pele, problemas respiratórios até mesmo casos de câncer (sem comprovação) são relatados por todos os líderes. Outra reclamação permanente deles é que somente alguns populares que trabalham nas empresas são dessas comunidades e são categóricos em afirmar que o dinheiro das pessoas que trabalham nessas empresas não circula na própria comunidade, e sim nos outros bairros e em outras cidades.

4. CONCLUSÕES

As empresas que compõem o polo industrial são consideradas do ponto de vista dos líderes das comunidades visitadas, como responsáveis pelo grande poder poluidor e também pela modificação do espaço geográfico e social onde se localizam essas comunidades. Ao mesmo tempo em que o polo industrial tem crescido com a instalação e funcionamento de grandes empresas de beneficiamento de minérios, as medidas de controle e fiscalização não acompanharam esse crescimento e as comunidades sofrem as consequências em função dos diversos acidentes ambientais ocorridos na região provocando o descontentamento da população, segundo afirmaram os entrevistados.

Portanto, a diversidade de interesses que atuam sobre a região é incompatível com as necessidades locais e dificultam o processo de gestão ambiental e desenvolvimento de projetos de ações de responsabilidade social, evidenciando as sequelas dessa

relação para as comunidades.

Porém, apesar disto, foram observados importantes projetos que tornam efetiva a participação de algumas empresas no desenvolvimento social das comunidades. Fica evidenciado o projeto da escola Ponta da Montanha da empresa TGPM e o projeto de capacitação de jovens da empresa Tocantins fertilizantes, mostrando que é possível manter um bom relacionamento entre empresa e comunidade.

Um fato que mais nos intrigou no decorrer da pesquisa é que são as empresas de menor porte e que possuem menor capital que desenvolvem os melhores projetos que podem resultar na mudança e melhoria da vida das famílias. Outro ponto importante é que no decorrer das entrevistas e das ações em campo não foi comentado pelos entrevistados a inexistência de ação social das grandes empresas do polo industrial de Barcarena.

As organizações com suas ações sociais e os projetos desenvolvidos nas comunidades polo industrial, beneficiam alguns grupos de pessoas e que não podem ser confundidos como suficientes para compensar todos os impactos ambientais e sociais sofridas por essas comunidades. Oferecer cursos artesanais e profissionalizantes pode ser um meio de ajudar as pessoas das comunidades em sua sobrevivência, mas não é o suficiente, diante do cenário de descaso, como foi identificado na Vila do Conde, por exemplo.

Conclui-se que é necessário mais ação, atitude e responsabilidade da parte do governo para cobrar das grandes empresas maior responsabilidade com as comunidades, pois possuem condições financeiras e organizacionais de desenvolverem ações de responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo" Cafajeste. CRH, Salvador, v. 25, n. 64, pp. 63-72, abril de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-497920120001000000&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 fev. 2020.

ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós; DE SALES BELO, Patrícia. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 265-277, 2016.

ASHLEY, Patrícia. Responsabilidade social nos negócios. **São Paulo, Saraiva**, 2003.

BANSAL, P., HOFFMAN, A., BANERJEE, S. Perspectivas críticas sobre negócios e meio ambiente. No Oxford Handbook of Business e no Ambiente Natural.: Imprensa da Universidade de Oxford. Disponível em: <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199584451.001.001/oxford-hb-9780199584451-e-31>>. Acesso em 29 de Dezembro de 2019.

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial. atual e ampliada. **São Paulo: Saraiva**, 2011.

BERTÉ, Rodrigo. Gestão socioambiental no Brasil: uma análise ecocêntrica. **Curitiba: Intersaberes**, 2013.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PARÁ.
Indicadores Econômicos e Industriais do Estado do Pará: 1999-2019.

DIAS, Jéssica Elizabeth de Castro. A percepção da comunidade do município de Mariana/MG em relações às ações sociais e ambientais das empresas mineradoras que atuam na região. 2015. 110p. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental) – Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental Responsabilidade social e sustentabilidade. **Atlas [3ª edição]**. **São Paulo**. 2017.

FERREIRA, Eduardo Guerra Murad. **Diálogo social: a comunicação na construção dos relacionamentos das organizações com as comunidades vizinhas - o caso Ampla**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

INSTITUTO ETHOS. Guia de compatibilidade de ferramentas. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.InstitutoEthos.org.br>. Acesso em: 16 janeiro 2020.

LEFF, Enrique; VIEIRA, Paulo Freire. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Luis F.; LEMOS, Ângela D. da Cunha; MELLO, Maria Celina A. de. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. **Empresas na sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. [2ª edição], Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PHILIPPI, Arlindo Jr. PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Editora Manole, 2005.

QUINTAS, José Silva. Educação e sustentabilidade. In: **Anais do V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental**. Joinville-SC. 2006. p. 283-293.

REIS, Carlos Nelson dos. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 279-305, 2007.

RIBEIRO, Álvaro Miranda Leite. Responsabilidade Social Empresarial: percepções e possibilidades. **Unpublished dissertation**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2005.

SOARES, Ana Paula Fleury de Macedo. **Desenvolvimento sustentável e gestão socioambiental empresarial: uma abordagem crítica sobre as concepções, políticas e práticas de sustentabilidade no mundo corporativo**. 2016. Tese de Doutorado.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa, **Atlas [8ª ed.] São Paulo**. 2017.

YOUNG, R. Gestão da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. Site UNIETHOS, Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <www.uniethos.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2019.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, n. 68, p. 97-107, 2008.